ABRIL 2023

2050.BRIEFING

SUSTENTABILIDADE • EFICIÊNCIA • INOVAÇÃO • MOBILIDADE • PESSOAS

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



> **“É preciso apostar nas soluções baseadas na natureza**
>
> **HELENA FREITAS**
> PROFESSORA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ASSISTA À TALK

> **Portugal tem grande potencial de energia fotovoltaica**
>
> **JOÃO ANDRADE SANTOS**
> INVESTIGADOR DO CITAB



Dizem que já não é possível voltar atrás. E o Santander, o que diz?

O Santander diz que é preciso fazer escolhas.
E a nossa escolha é seguir em frente na construção de um futuro mais sustentável. Por isso, escolhemos financiar 220 mil milhões de euros até 2030, para ajudar a transição energética das empresas em todo o mundo. Escolhemos alcançar as zero emissões líquidas de carbono até 2050. Também escolhemos ajudar a diminuir a exploração de recursos não renováveis, eliminando a exposição do Grupo Santander à mineração de carvão térmico.
Porque nós não somos apenas aquilo em que acreditamos. Somos o que fazemos com isso.
Somos as escolhas que fazemos.

Saiba mais em santander.pt/escolhas

merco
RESPONSABILIDADE ESG
nº1 do setor em Responsabilidade-ESG
2022
PORTUGAL
SANTANDER

Primeiro lugar do Ranking Merco Responsabilidade ESG Portugal 2022, uma avaliação realizada pela Merco Portugal. Este prémio é da exclusiva responsabilidade da entidade que o atribuiu.

Banco Santander Totta, S.A.

Santander

Índice



04
Participação ativa
A professora de Biodiversidade e Ecologia na Universidade de Coimbra & diretora do Parque de Serralves, Helena Freitas, defende uma resposta global aos problemas climáticos e a aposta nas soluções baseadas na natureza.

ATIVA

11
Os ativistas do amanhã
Foi com o objetivo de sensibilizar os jovens para o problema da crise climática que nasceu o Ativa ClimACT. A gestora do projeto, Islene Façanha, dá conta dos desafios.



16
Portugal solar
O climatologista João Andrade Santos advoga a urgência de substituir os combustíveis fósseis por energias limpas. E salienta as potencialidades nacionais em matéria de energia solar fotovoltaica.

O desafio de comunicar sustentabilidade
Sabe o que é greenhushing? A Ambientalista Imperfeita e Consultant & Activist 2050, Joana Guerra Tadeu, explica.

20



22
Geração S
A fundadora do Plant a Choice, Rita Tapadinhas, é uma das novas ativistas do Ambiente. Conheça os seus quês e porquês.

2050.BRIEFING

2050.BRIEFING.PT

2050.BRIEFING é uma edição especial e parte integrante da revista Briefing.
EQUIPA EDITORIAL Fátima de Sousa, diretora; Sofia Dutra, diretora adjunta; Carolina Neves, editora multimédia; Catarina Farinha, editora multimédia; Simão Raposo, conteúdos **CONSULTANT & ACTIVIST 2050** Joana Guerra Tadeu **DESIGN** Ana Carvalheiro **PRODUÇÃO** Sara Sousa **PUBLISHER/PROPRIETÁRIO** Newsengage - Media, Conteúdos e Comunidades, S.A. **SEDE DO PROPRIETÁRIO, DA REDAÇÃO E DO EDITOR** Edifício Lisboa Oriente, Av. Infante D. Henrique, 333 H | 37, 1800-282 Lisboa T. 218 504 060 NIPC 506871711 **ADMINISTRADOR ÚNICO** João Paixão **DETENTOR DO CAPITAL SOCIAL** Mood Marketing - SGPS, S.A. (100%) **IMPRESSÃO** RPO - Produção Gráfica **DEPÓSITO LEGAL** 500502/22

Vamos assistir a **conflitos** *que passam pelos cenários* ***climáticos***

Helena Freitas

PROFESSORA DE BIODIVERSIDADE
E ECOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
& DIRETORA DO PARQUE DE SERRALVES

É evidente que já há mais literacia climática, mas tem de haver capacidade de resposta ao problema das alterações climáticas de uma forma global e uma participação mais ativa na construção de cidades. Esta é a visão da professora de Biodiversidade e Ecologia na Universidade de Coimbra & diretora do Parque de Serralves, Helena Freitas, que, em entrevista ao 2050.Briefing, defende que as soluções baseadas na natureza são fundamentais a vários níveis e devem ser uma aposta.



Clima ● Natureza ● Ambiente ● Ecologia ● Ecossistema

Quando o assunto é as alterações climáticas, a promoção e o investimento em soluções são reais?
É preciso mais literacia climática, de uma forma geral e transversal às sociedades europeia e global. Isso também se reflete depois na perceção dos investimentos. Em Portugal, no quadro das políticas agrícolas, todos percebemos hoje que há um contraditório: se, por um lado, temos uma consciência crescente de que há questões cada vez mais evidentes – por exemplo, falta de água em grande parte do País –, e que se relacionam diretamente com os cenários climáticos, queremos conduzir investimentos no sentido de maior eficiência de utilização da água, de transportar as externalidades para o sistema; por outro lado, estamos a perceber também que há uma certa displicência quando continuamos a ter culturas que são desperdiçadoras – por exemplo, a aposta na extensão do regadio associado ao perímetro de rega do Alqueva. Este tipo de contradições já começa a ser muito evidente porque há mais literacia, há uma maior perceção dos problemas, e já somos, de facto, mais reivindicativos.
Agora, se de facto há rigor na aplicação dos investimentos, eventualmente, não haverá, como infelizmente estamos a constatar que não existe – de uma forma bastante mais frequente do que seria desejável – em muitos setores da atividade pública. Aqui, há sempre uma tentação para desviar ou dar prioridade aos investimentos que, em determinada situação, se entende que são prioritários, independentemente da indicação que existe que esse investimento é na área da transição climática.
Também penso que é cada vez mais difícil ter sucesso, porque a tipologia de investimentos é escrutinada ainda numa fase muito preliminar da decisão nacional, não há propriamente uma liberdade... Esse escrutínio existe e haverá cada vez mais dificuldade em fugir dele e em não conduzir os investimentos para onde eles têm de ser feitos. É uma questão que hoje é inexorável.
Vamos todos ter de fazer grandes investimentos: na adaptação climática; das infraestruturas críticas, de transporte e de comunicação; nas cidades, na saúde pública, na agricultura; na forma como percecionamos os problemas sociais e como nos organizamos; nos modelos de governança.
A grande complexidade deste problema é o ser sistémico e só o conseguirmos resolver na sua complexidade – mesmo que isso o torne um exercício difícil, complexo, muito exigente... mas não há outro caminho.

> **Há uma consciência muito clara que os investimentos europeus têm essa instrução, que um terço é para a adaptação climática, e isso acabará por contaminar a jusante a forma como se organizam e estruturam depois os investimentos. É uma inevitabilidade**

Falou em literacia e 48 municípios e regiões portugueses assinaram o Pacto da Missão da União Europeia para a Adaptação às Alterações Climáticas. Portugal é o país com maior número de signatários. Pode dizer-se que está na dianteira da mudança, tendo já começado a adaptar a sociedade para os impactos das alterações climáticas?
Não penso que sejamos, com toda a honestidade, um país pioneiro nessa dinâmica. No espaço europeu, partilhamos todos essa preocupação e temos a consciência de que o caminho é este. É uma bandeira que, de facto, a Europa quer erguer e nós fazemos parte desse pelotão. Mas não penso que haja aqui um pioneirismo.
O que haverá – e é muito importante – é a perceção por parte das autarquias que têm uma responsabilidade territorial muito grande, na execução das orientações da política central, e na ligação com as comunidades e os territórios. Há essa cumplicidade muito grande e os cidadãos também querem essa resposta.
As comissões intermunicipais também percebem que grande parte dos investimentos tem essa vocação da ação climática, e, por essa via, os municípios também são conduzidos



para orientarem os seus investimentos por essa linha de ação. Diria que há, sim, uma consciência muito clara de que os investimentos europeus têm essa instrução, que um terço é para a adaptação climática, e isso acabará por contaminar a jusante a forma como se organizam e estruturam depois os investimentos. É uma inevitabilidade.
São as duas coisas... Por um lado, a tipologia de investimento e a forma como é orientado por parte da União Europeia; por outro lado, a perceção por parte dos municípios que essa é a vontade, e é aquilo que devem fazer na relação cúmplice que têm de ter com as comunidades e os seus territórios.

E no caso da Europa, em que ponto está, no que respeita às suas políticas, aos seus modelos e à resposta aos novos desafios?
Acho que temos a sorte de ter, nos últimos anos, esta comissária, a Ursula von der Leyen, que tem sido muito ativa e tem dado nota muito clara, até numa sintonia com as próprias Nações Unidas. Há uma expressão dela que gosto particularmente: "É preciso trazer a natureza de volta às nossas vidas". A agenda da biodiversidade, do clima, do desenvolvimento sustentável... Tem procurado trazê-las.
É verdade que os processos nunca são fechados, temos sempre opositores, pessoas que querem fazer regredir todo o sistema, ameaças claríssimas – como a guerra na Europa, problemas relacionados com o abastecimento de fornecimento de alimentos, problemas sociais gravíssimos... São também pressões, e sempre no sentido de fechar e não no sentido de nos tornarmos, de uma forma colaborativa, mais capazes, porque esta é uma agenda que tem de mobilizar coletivamente, é uma agenda que abre fronteiras, que quer inspirar o bem comum, que quer fazer um caminho diferente. Portanto, é isso, nunca está nada garantido, é como a própria democracia.
Acho que o Pacto Ecológico Europeu é um instrumento muitíssimo interessante de orientação política, ao nível da agricultura, da energia, da biodiversidade...
É verdade que tem sido instrumental para progredirmos, mas é um exercício permanente. É preciso que os cidadãos também se empenhem, se tornem cúmplices desta agenda, que a tornem nossa.



> **Nunca está nada garantido. Quando pensamos que nem 30% do mundo vive em regimes democráticos, vemos que há uma ameaça permanente a uma agenda de abertura**

Nunca está nada garantido. Quando pensamos que nem 30% do mundo vive em regimes democráticos, vemos que há uma ameaça permanente a uma agenda de abertura. Ainda assim, penso que a Europa, hoje, é um bom exemplo de que é possível apostar na transição ecológica, que é possível construirmos uma sociedade capaz de viver em harmonia – e em harmonia também com a natureza.

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas revela que o aquecimento está a provocar mais extremos compostos. Qual é o verdadeiro impacto na sociedade e no planeta?
O impacto é brutal e, em grande medida, imprevisível. Percebemos hoje que alguns cenários são cada vez mais credíveis e, digamos, inevitáveis. Mesmo conseguindo cumprir os objetivos do Acordo de Paris, não conseguiríamos estabilizar o sistema climático este século, ou seja, teremos alterações sempre e, por isso mesmo, é que temos de ter uma adaptação universal.
Mas também percebemos que vamos ter com maior frequência os extremos compostos, na própria Europa – muito calor e alterações dos regimes de precipitação, inundações e secas – e de uma forma menos previsível. São situações que nos vão interpelar diretamente e condicionar em grande

Um H grande nesta luta

Foi a única portuguesa a integrar o comité de missão para as alterações climáticas e transformações societais do programa Horizonte Europa, da Comissão Europeia. Helena Freitas tem assumido um papel fundamental no combate à crise climática e afirma: "A minha maior preocupação é que não percebamos que esta agenda e a capacidade de a tornarmos universal é, também, a oportunidade que a humanidade tem de se regenerar e de conseguirmos construir uma sociedade global em que a agenda do bem comum é a agenda que prevalece". Ao nível pessoal, a professora de Biodiversidade e Ecologia na Universidade de Coimbra e diretora do Parque de Serralves, quer garantir que é boa cidadã, boa mãe, boa profissional e que faz a sua parte enquanto andar por cá.

medida, também aquilo que são as nossas práticas convencionais. Vamos mesmo ter de adaptar. Aquilo que fazemos hoje aqui tem implicações a um nível global, ou seja, temos de ser capazes de dar resposta ao problema de uma forma global. Temos situações no mundo, exatamente por esses desequilíbrios, onde vamos ter países que não são viáveis, que vão ficar submersos; geografias em que haverá, inevitavelmente, incapacidade de produção alimentar, porque não há água suficiente, nem sol, nem um regime. Já é um dado adquirido. São questões críticas que têm implicações profundas, que podem estar, por exemplo, na origem de migrações muito desorganizadas e problemáticas, porque o mundo não está preparado para dar resposta, nem a Europa – como temos visto aquilo que tem acontecido no Mediterrâneo, é um drama. Não é possível sermos felizes, termos a nossa agenda de harmonia e bem-estar quando o mundo vive assim. Muito provavelmente, vamos assistir a conflitos que passam pelos cenários climáticos.

Já percebemos que há uma determinada tipologia de fogos florestais que saem completamente do controlo, que não há mecanismo possível de controlar, porque são, de facto, condições que podem ser únicas. Hoje, há tecnologia, há ciência, mas é preciso que estejamos atentos, que sejamos mais participativos na construção das cidades. No caso da biodiversidade, cinco países têm 70% das cidades do mundo. Se esses países não tiverem democracia...

O mundo tem realmente de se adaptar e isso um desafio fortíssimo, mas é o desafio que o planeta enfrenta.

As soluções baseadas na natureza (SbN) não são uma alternativa, por exemplo, à descarbonização. São apenas um complemento. Mas quais os benefícios e as oportunidades que são possíveis alcançar através das mesmas para enfrentar os desafios globais?

Agradeço imenso a pergunta, é importantíssima! Ao nível das soluções de arquitetura e de organização dos espaços, e da forma como usamos os ecossistemas em benefício da transição, as SbN são fundamentais, podemos e devemos usá-las. O portefólio é cada vez maior, temos mais técnicos, instituições, entidades a trabalhar ativamente no desenho de soluções porque, por exemplo, uma parte muito significativa das emissões passa pelo betão, pelos edifícios, pela construção; podemos ser mais inteligentes nos materiais que utilizamos, trazer mais circularidade para todos os processos. Outro exemplo, quando pensamos numa cidade costeira, como é o caso de Lisboa, dá para perspetivar o desenvolvimento e as soluções de construção para as zonas portuárias e para as mais expostas às alterações do nível das águas do mar. Aí temos muitas SbN.

As SbN têm, ainda, uma questão muito importante associada: na base, têm os chamados serviços do ecossistema, elas resultam exatamente da valorização deles. Isso é a linguagem do novo tempo. Os serviços do ecossistema vão, também, servir para tornarmos as sociedades mais justas, mais equilibradas. Por exemplo, não há razão nenhuma para, numa barragem, de onde a água vem para as grandes cidades, não compensarmos as comunidades que fizeram essas escolhas e que estão nesses contextos onde a água é produzida em abundância.

Temos de fazer as compensações e garantir a valorização dos nossos ecossistemas naturais. Os serviços do ecossistema são outra questão tremendamente importante, que está subjacente à valorização, às SbN. É a economia do século XXI.

> **Temos de fazer as compensações e garantir a valorização dos nossos ecossistemas naturais. Os serviços do ecossistema são outra questão tremendamente importante, que está subjacente à valorização, às soluções baseadas na natureza. É a economia do século XXI**

Criar um futuro de esperança

O presidente da Associação ZERO, Francisco Ferreira, entende que, atualmente, não há um caminho credível para que o aquecimento global seja limitado aos 1,5°C. E defende que a próxima década será decisiva.



FRANCISCO FERREIRA
Professor na FCT NOVA e presidente da Associação ZERO

As alterações climáticas são uma realidade e o mundo já está a mudar e até a acabar como o conhecemos. Secas, mesmo no inverno, inundações, incêndios, escassez de água, ondas de calor, subida do nível do mar e tempestades catastróficas, já se fazem sentir com o atual nível de aquecimento de 1,1°C em relação à era pré-industrial. O caos climático está a causar estragos em vidas e meios de subsistência, saúde e bem-estar humano, infraestruturas e economias, produção de alimentos e cadeias de abastecimento globais.

A década até 2030 é absolutamente decisiva para que o aquecimento possa ser limitado a 1,5°C ou abaixo de 2,0°C. Para se manter dentro do limite de 1,5°C, as emissões globais de gases com efeito de estufa precisam de ser reduzidas em pelo menos 43% até 2030, em comparação com os níveis de 2019, e em pelo menos 60% até 2035. Quanto mais tempo for necessário até que as emissões globais recuem, maiores serão as necessidades de reduções posteriores.

No entanto, não existe neste momento um caminho credível para os 1,5°C e as atuais políticas têm-nos conduzido a uma aproximação dos 3°C, de acordo com a ONU. E sabemos aquilo que é preciso: menos fósseis, mais solar e vento implementados de forma sustentável. Se ultrapassarmos 1,5 graus de aquecimento global, não é literalmente o fim do mundo, mas o mundo parecerá muito diferente. Cada fração de grau conta e precisamos trabalhar muito, independentemente de onde estivermos.

O custo da inação será muito mais elevado de muitas perspetivas diferentes: quer financeira, quer socialmente e também para governos, empresas e famílias. Os impactos climáticos já estão a afetar todos neste planeta, mas de forma desigual. Os impactos climáticos já estão a afetar todos neste planeta, mas não da mesma forma. Mulheres, crianças, povos indígenas, pessoas com deficiências e doenças, populações mais pobres, e grupos mais marginalizados são mais afetados, uma vez que são menos capazes de se preparar antes de uma catástrofe, reagir e reconstruir.

Mas há também boas notícias – há uma série de soluções de adaptação e mitigação que podem trazer múltiplos benefícios de desenvolvimento sustentável, desde o combate à pobreza energética, à preservação dos ecossistemas, à redução da desigualdade de género e à melhoria da segurança alimentar.

A Europa é a segunda maior região historicamente emissora (1850-2019) depois da América do Norte. É cada vez mais claro que o Pacto Ecológico Europeu tem de ser mais ambicioso. Para ser compatível com o Acordo de Paris, a União Europeia deverá atualizar a uma meta de -55% para pelo menos -65% até 2030 em relação a 1990. Os países da UE precisam de refletir objetivos à escala nacional na revisão em curso dos seus Planos Nacionais de Energia e Clima (PNEC).

No caso de Portugal, precisamos de uma muito melhor gestão da procura de energia, com destaque para as medidas que proporcionem efetivamente uma redução nas emissões no transporte rodoviário individual, edifícios mais confortáveis e eficientes e investimentos em fontes de energia renovável aplicados de forma sustentável.

É cada vez mais claro que o Pacto Ecológico Europeu tem de ser mais ambicioso

Alterações climáticas e fenómenos extremos em Portugal

O administrador da Ibermeteo, José Baptista, reflete sobre as mudanças que se prevêem para o clima português nos próximos anos.



JOSÉ BAPTISTA
Administrador
da Ibermeteo

Embora seja consensual entre a comunidade científica que a emissão de gases com efeito de estufa, resultantes da atividade humana, tem como consequência um aumento global da temperatura do ar, há ainda muito por saber sobre de que forma, em cada região, tal se traduz em termos de alterações climáticas e fenómenos extremos.

A ocorrência de fenómenos extremos em maior número e severidade é uma das consequências mais prováveis. A generalidade das projeções futuras indica que estaremos mais expostos à ocorrência de fenómenos extremos, sejam eles ondas de calor, precipitação forte, vento intenso, ou outros. Porém, é muito importante entender que os fenómenos extremos fazem parte dos sistemas climáticos. O que se espera é que estes possam ter um número de ocorrências mais elevado e eventualmente tornar-se mais severos. Por isso, sempre que se presencia a ocorrência de algum fenómeno extremo não se pode dizer que tal ocorreu devido às alterações climáticas. A definição de clima é algo que abrange um número alargado de anos, pelo que um possível efeito de alteração climática em cada região pressupõe uma análise larga de eventos/anos, e não a ocorrência de fenómenos isoladamente.

Ainda assim, é já aceite pela comunidade científica que o clima mundial está a mudar, a uma velocidade demasiado alta, sendo, contudo, difícil de explicar como é que tal pode afetar cada região do planeta. Para Portugal, por exemplo, projetam-se cenários de um clima futuro mais quente e seco, onde o verão poderá ser mais prolongado (maior número de dias quentes e ondas de calor), e podendo os episódios de precipitação ser mais curtos, embora por vezes severos. Importa ter em conta que também a temperatura dos oceanos está a subir, e estes são a principal "fonte de alimentação" para tempestades. Portugal, poderá também estar mais exposto a tempestades tropicais, que se "alimentarão" destas águas mais quentes e com maior potencial energético. Refira-se que estudos recentes indicam que Portugal poderá estar entre os países Europeus mais afetados por fenómenos extremos, e a sua exposição ao Atlântico Norte é crucial. Contudo, o sistema climático reage de forma muito imprevisível, e pequenas perturbações introduzidas podem gerar resultados muito diversos e difíceis de prever.

Portugal poderá estar entre os países europeus mais afetados por fenómenos extremos, e a sua exposição ao Atlântico Norte é crucial

Em todo o caso, seja em Portugal, seja noutra zona do planeta, a ocorrência de mais fenómenos extremos deve ser mitigada adotando uma postura defensiva, não nos expondo a situações de risco. Desde um melhor planeamento das nossas cidades, ao dever cívico de cada um de nós. Podemos tornar as nossas cidades mais resilientes, recorrendo a técnicas que poderão ir desde a existência de mais zonas verdes à utilização de materiais que minimizem a absorção/libertação de energia/calor, ou à proteção da orla costeira ou leitos de cheia. Mas será também fundamental respeitarmos os avisos/alertas das autoridades em situações de risco, porque tudo pode contribuir para lidarmos melhor com potenciais problemas!

Ativa ClimACT
Um passo a mais na luta climática

Que as alterações climáticas são uma das maiores ameaças sociais, económicas e ambientais que o planeta e a humanidade enfrentam não é uma novidade. A questão atual é como colmatar este fenómeno. É possível através de projetos como o Ativa ClimACT, que ficamos a conhecer pelas palavras da sua gestora, Islene Façanha.

É um problema dos dias de hoje e será também das gerações futuras. A dimensão do desafio é tal que, mesmo que parássemos, neste momento, de emitir todos os gases de efeito estufa, o aquecimento global e as alterações climáticas continuariam a ser um problema do futuro.

É exatamente para tentar contrariar este fenómeno que surge o Ativa ClimACT. Trata-se de um projeto financiado pela Comissão Europeia que envolve 20 organizações de 13 Estados-membros, entre os quais Portugal, e visa consciencializar os jovens para o grande problema da crise climática.

A gestora do Ativa ClimACT, Islene Façanha, explica como é aplicado o projeto no País, referindo que têm sido desenvolvidas diversas iniciativas, desde 1 de agosto de 2020, data do seu início.

O Ativa ClimACT está assente em três componentes principais: comunicação, formação e mobilização pela luta climática. É para garantir que o projeto está a ser aplicado no País e para certificar que estes pilares estão a ser alicerçados que surge a Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável, a representante do projeto em Portugal.

Neste âmbito, estão disponíveis uma série de recursos e de atividades que pretendem mobilizar para a luta climática. Entre as ferramentas disponíveis estão um website com diversos materiais didáticos, um guia para o ativismo, exposições em escolas e universidades, a divulgação e partilha de informação com a comunidade, a exibição de documentários e a criação de debates. O intuito é não deixar ninguém de fora neste processo de mudança.

Esta informação já chegou a mais de cinco mil jovens portugueses. A nível europeu, são mais de 27 mil os jovens que já se encontram capacitados e com formação sobre o tema. Além disso, 36 milhões já tiveram a oportunidade de serem sensibilizados pelo projeto. E, no total, já 700 mil foram mobilizados para participar em petições e atividades do Ativa ClimACT.

Os jovens são, sem dúvida, o foco deste projeto. É neles que é depositada a expectativa de serem os ativistas do amanhã. O projeto termina a 31 de julho de 2024. Até lá, ainda há muito a fazer. Fica apenas uma certeza: a luta climática é uma causa de todos e é urgente dar continuidade a este processo de mudança.

Saiba mais sobre o Ativa ClimACT

ATIVA



ISLENE FAÇANHA
Gestora do Ativa ClimACT



As ações do RNC2050 terão impacto efetivo se houver uma política fiscal verde



Sofia Santos

ECONOMISTA E FUNDADORA
DA SYSTEMIC

A transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono é imperativa. Das medidas do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050), foram poucas as alcançadas – afirma a economista Sofia Santos. A especialista em financiamento sustentável e fundadora da Systemic defende, em entrevista, que as verdadeiras ações só terão impacto efetivo se, e quando, se tiver uma política fiscal verde no País.

Lê-se no RNC2050 que alcançar a neutralidade carbónica cria um maior dinamismo económico e leva a poupanças significativas. Porquê?
Leva a um maior dinamismo económico, pois contribui para a inovação e a criação de novos negócios, que, por sua vez, contribuem para a produtividade da economia e para a criação de novos postos de trabalho.
Alcançar a neutralidade carbónica implica apostar em novas formas de mobilidade, eficiência energética, gestão de resíduos, agricultura mais tecnológica... E tudo isto implica inovação e investimentos. A teoria económica diz-nos que quando há investimento, o PIB aumenta!
Além do mais, com a neutralidade carbónica, deixamos de estar dependentes do petróleo, logo o País poupa com o facto de deixar de importar combustíveis fósseis.
Esse dinheiro, que não gastamos na compra de combustível, pode ser reutilizado na promoção de outras políticas públicas, nomeadamente sociais.

Mesmo sendo uma estratégia a longo prazo, que ações concretas do RNC2050 já foram conseguidas, ao nível económico?
Poucas. As mais significativas são: os cerca de dois mil milhões de euros que o PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] atribuiu para a descarbonização e economia circular, os avisos do Fundo Ambiental para a descarbonização da indústria e o apoio à mobilidade elétrica e eficiência energética dos edifícios. No entanto, as verdadeiras ações apenas terão mais impacte efetivo se, e quando, tivermos uma política fiscal verde. Outra medida importante seria a emissão de uma obrigação verde pelo governo, dando assim a mensagem de que reconhece que o crescimento da economia depende do crescimento da economia verde.

> “Outra medida importante seria a emissão de uma obrigação verde pelo governo, dando assim a mensagem de que reconhece que o crescimento da economia depende do crescimento da economia verde

A conjuntura atual não está muito favorável, com a inflação, os preços da habitação e o custo de vida a aumentar. Pode dizer-se que o cenário socioeconómico pode afetar a trajetória normal do RNC2050 ou o mesmo já prevê estas situações?
Se o RNC2050 não for alcançado, a população poderá sofrer bastante mais a partir de 2030. Ou seja, se chegarmos a 2030, e os cenários estiverem longe de podermos alcançar a neutralidade carbónica em 2050, poderemos ter um aumento dos impostos sobre o carbono, que poderão incidir sobre os transportes, por exemplo, o que iria levar, nessa altura, a um aumento dos preços e custos.
Não podemos continuar a empurrar os problemas de hoje para o futuro.
O que precisamos é de investimento público adequado e inteligente para que se consiga alcançar a neutralidade carbónica em 2050, e apoiar a população mais desfavorecida nesta transição.

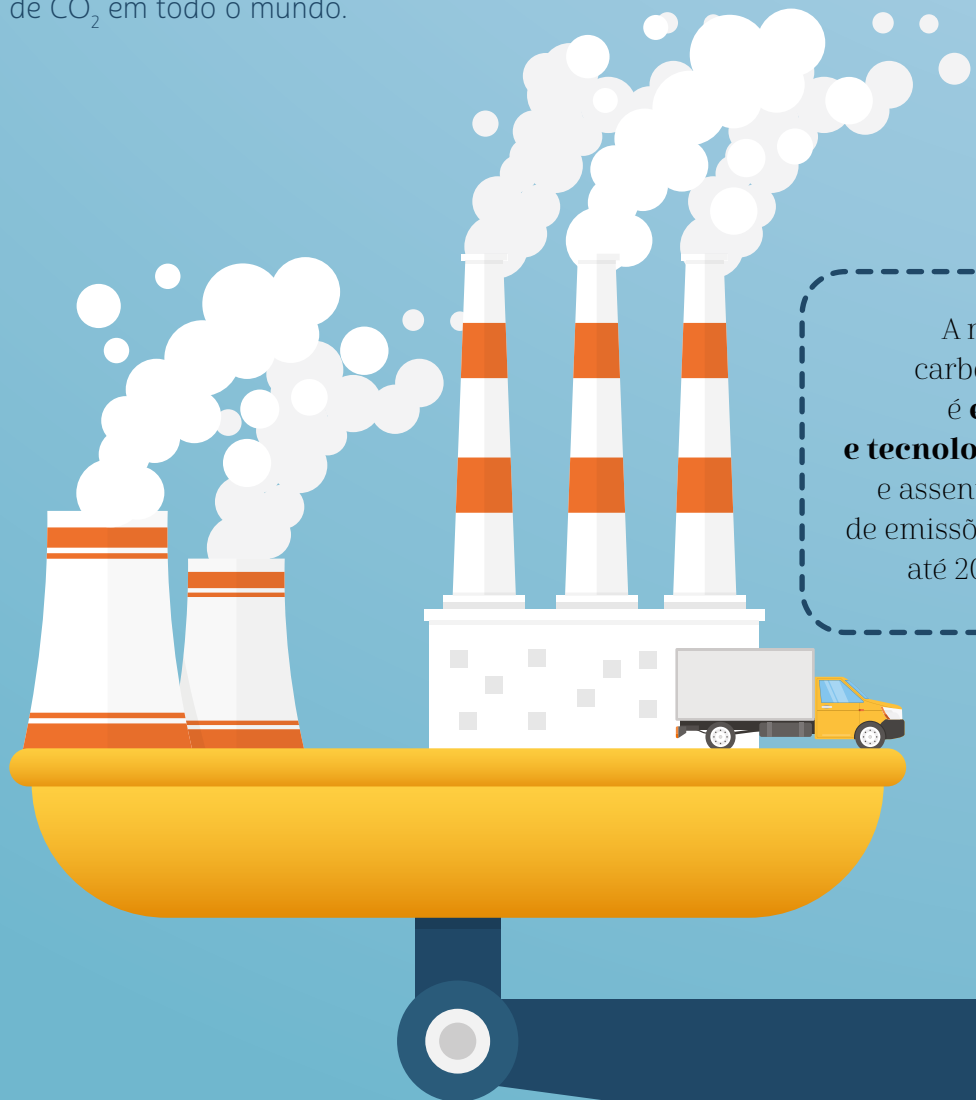
Faltam muitos anos até 2050 e o resultado depende sempre de vários drivers. O que pode acontecer pelo caminho ao investimento e financiamento sustentáveis estipulados?
Não acho que faltem muitos anos para 2050. Na realidade, só faltam 27 anos. Os bancos centrais, através da Network for Greening the Financial System, identificaram três cenários possíveis para 2050. O melhor cenário, aquele em que existem menos danos económicos, é aquele em que, de facto, conseguimos atingir a neutralidade carbónica. Um estudo da Swiss Re diz exatamente o mesmo. Ou seja, os danos serão muito maiores em 2050 se continuarmos a adiar as respostas urgentes.
A geração com 60 ou 70 anos poderá já estar no fim de vida em 2050, mas os nossos filhos e netos sofrerão as consequências. Eu gostaria de não partir com este peso na consciência...

Considera que os investimentos foram realizados e os resultados obtidos de forma sustentável?
A grande maioria dos investimentos ainda está por fazer. Os investimentos aprovados, nomeadamente ao nível dos avisos à descarbonização da indústria e do PRR, serão sustentáveis se conseguirem responder adequadamente ao critério do “do no significant harm”, definido na taxonomia verde da União Europeia. Se não conseguirem responder, poderemos ter de devolver verbas num futuro.

Qual a avaliação que faz acerca do ponto em que o País se encontra para atingir a neutralidade carbónica? Qual a sua previsão para um futuro próximo?
Temos tudo para conseguir: recursos naturais, tecnologia, política ambiental, competências e mercado. Mas também ainda não vi um avanço nas condições necessárias: uma política fiscal verde que compense quem avança na descarbonização e penalize quem nada faz. Para que a transição seja realizada nos timings definidos, o Ministério das Finanças tem de abraçar este tema com urgência. Se o fizer, até pode ver a sua receita subir num futuro próximo!

Descarbonizar... na globalidade.

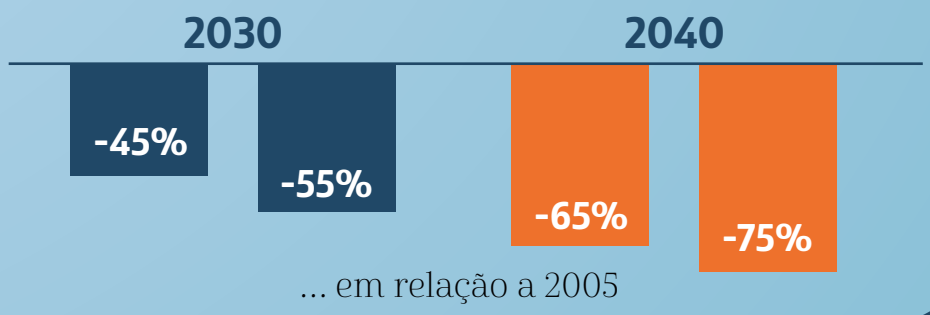
O impacto no clima e nas temperaturas da Terra devido à queima de combustíveis fósseis, ao abate das florestas e à criação de gado é cada vez mais pronunciado.
A principal causa das alterações climáticas é o efeito de estufa: cada tonelada de CO_2 emitida contribui para o aquecimento do planeta. Para travá-lo, é necessário alcançar um nível nulo de emissões líquidas de CO_2 em todo o mundo.



A neutralidade carbónica até 2050 é **económica e tecnologicamente viável**, e assenta numa redução de emissões entre 85% e 90% até 2050, face a 2005

Atingi-la implica transitar de um modelo económico **linear e sustentado em combustíveis fósseis** para um modelo **circular e neutro em carbono**

A trajetória para a neutralidade permite antecipar reduções de emissões de gases com efeitos de estufa entre:

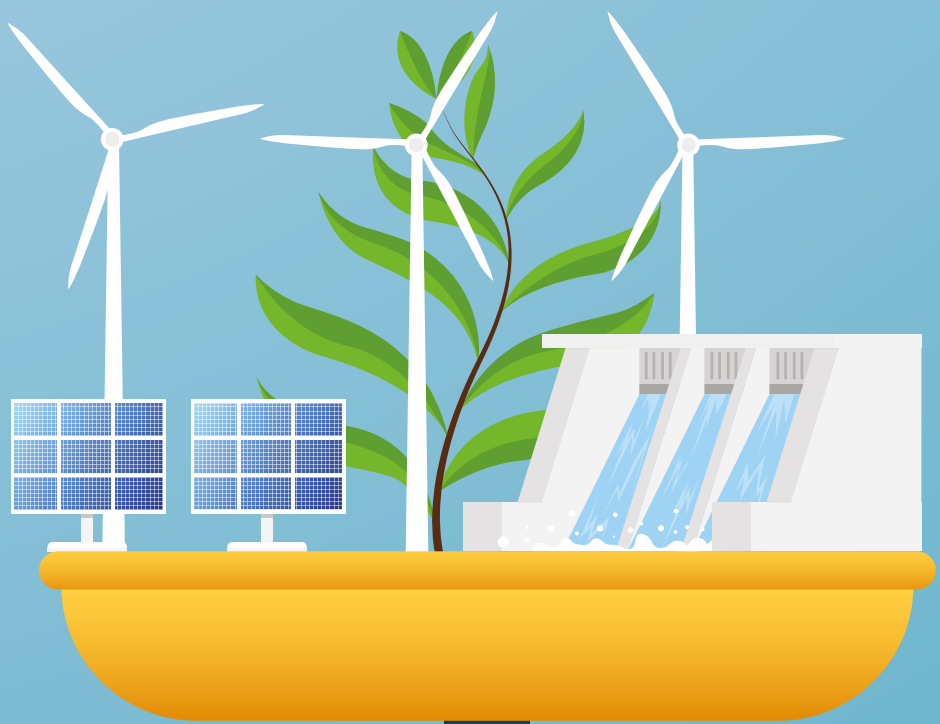


... em relação a 2005

Portugal submeteu às Nações Unidas o **Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050** (RNC2050), uma estratégia de longo prazo para atingir o estado de emissões líquidas zero de dióxido de carbono em 2050.

Inclui drivers de descarbonização para os diversos setores:

- Energético
- Eletroprodutor
- Transportes
- Indústria
- Residencial e Serviços
- Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo
- Resíduos e Águas Residuais



Para "chegar" a 2050:

- Reforço da capacidade de sequestro de carbono pelas florestas e por outros usos do solo
- Quase total descarbonização, sobretudo do sistema eletroprodutor e da mobilidade urbana
- Alterações profundas na forma como se utilizam a energia e os recursos

A **falta de água** vai ser o grande **problema nacional**



João Andrade Santos

INVESTIGADOR DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E TECNOLOGIAS AGROAMBIENTAIS E BIOLÓGICAS (CITAB) E DOCENTE DA UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO (UTAD)

Que é urgente abandonar os combustíveis fósseis, substituindo-os por energias limpas, é claro para o climatologista João Andrade Santos. Acredita que é o mais premente no sentido de mitigar as emissões de gases com efeitos estufa. Admite, porém, que não é uma solução imediata, que implica contrariar a inércia natural por parte dos cidadãos e coragem do poder político para implementar medidas menos populares e fazer face aos interesses instalados. Quanto ao grande problema nacional em termos climáticos está seguro: será a falta de água.

Em que medida é o combate às alterações climáticas um dos principais desafios atuais?
As alterações climáticas são um problema de há algumas décadas, mas tem vindo a intensificar-se nos últimos anos. É um problema global, que está associado ao que vulgarmente se designa de aquecimento global. Tem causas antropogénicas, associadas às atividades humanas, que têm libertado quantidades crescentes de gases com efeitos de estufa para a atmosfera, designadamente dióxido de carbono, metano, oxido nitroso, CFC, entre outros. O dióxido de carbono é aquele que causa mais preocupação e que tem alterado a composição química da atmosfera, aumentando as suas concentrações e acentuando o efeito de estufa natural. É bom que o efeito de estufa exista, mas as atividades humanas contribuem para intensificá-lo mais do que o desejável. Isso leva ao aquecimento global e às consequentes alterações climáticas, que são não apenas alterações na temperatura do ar, mas



ao nível dos padrões e dos regimes temporais de várias variáveis atmosféricas, como a precipitação, o vento, a nebulosidade, a humidade, entre outros.

Os alertas para as consequências das mudanças climáticas são inúmeros e constantes. Ainda é possível estancar os problemas ou já é tarde demais?

É possível estancar, em parte. As alterações climáticas vão continuar nas próximas décadas e séculos. Não é expectável que o problema desapareça de um dia para o outro, até porque o dióxido de carbono tem um tempo de vida médio na atmosfera acima de cem anos, o que significa que o que estamos a emitir hoje ainda vai estar na atmosfera muito além da nossa vida média. Portanto, este problema está para ficar. Podemos reverter uma parte, reduzindo significativamente as emissões de gases com efeitos estufa, mas se reduzíssemos hoje só daqui a umas décadas é que se começavam a fazer sentir.

> **“É um processo que demora muito tempo. E infelizmente as alterações climáticas estão a ir a um passo mais rápido que a sociedade e os políticos conseguem ir**

Nas gerações atuais, não podemos ser muito otimistas relativamente ao futuro próximo, porque já vamos sofrer as consequências das emissões de gases com efeito estufa que foram feitas nas últimas décadas. Temos a obrigação moral de proteger as próximas gerações do agravamento desta situação. Devemos definir hoje políticas que nos permitam mitigar essas emissões de gases com efeitos estufa e os problemas das alterações climáticas.

Teremos de caminhar para uma sociedade carbono zero, ou próxima disso, que permita que as nossas atividades tenham uma menor pegada carbónica, reduzindo as emissões de gases com efeitos estufa. É algo que tem de ser feito por todos nós, mas é importante perceber que, embora cada um de nós tenha um papel importante, tem de haver uma ação coordenada a nível internacional, porque as alterações climáticas são um problema global que exige soluções coordenadas internacionalmente, por políticas internacionais, daí a importância das conferências das Nações Unidas para a discussão das metas e planos de redução de gases com efeitos estufa.

O que é mais premente fazer no sentido de mitigar os problemas para as gerações futuras?

Sem dúvida, resolver o problema da energia. A sociedade consome imensa energia e não há nada que possamos fazer contra isso. É impensável deixar de usar transportes e as comodidades de eletrodomésticos que temos em casa. A única forma que temos de resolver este problema, de maneira significativa, é passar a produzir a energia de que precisamos de uma forma mais limpa. A única solução é virarmo-nos para as energias limpas. E refiro-me sobretudo a energias renováveis, mas não só. A energia nuclear, embora polémica, pode ajudar numa fase de transição. Em Portugal, não temos, mas há países que têm. O abandono da energia nuclear pode não ser uma boa estratégia, a curto e médio prazo, porque a energia nuclear pode criar uma almofada para transição energética. Por exemplo, se

desligássemos todas as centrais nucleares em França, como é que o país ia ter energia para sustentar as suas necessidades energéticas? Isto não se faz de um dia para o outro, mas é evidente que temos que abandonar os combustíveis fósseis: o petróleo e derivados, o gás natural. E temos que transitar para outras formas de energia mais limpas, incluindo a nuclear, numa fase de transição.
Em Portugal, temos a grande vantagem de ter muito sol e no futuro ainda vamos ter mais radiação solar, o que significa que a energia solar fotovoltaica tem muito potencial para crescer.
Temos também energia eólica, das ondas, das marés, hídrica também, embora em Portugal devido à diminuição da precipitação não terá um futuro muito risonho, porque vamos precisar de água para outros fins.
Temos muito potencial do lado da energia eólica, principalmente offshore, e fotovoltaica. Temos que fazer essa transição, mesmo que isso implique custos elevados hoje, mas um dia mais tarde vamos colher esses frutos, porque os combustíveis fósseis também tenderão a escassear.

Entende que a sociedade e os poderes públicos estão sensíveis para a necessidade de implementar medidas para fazer face às alterações climáticas e para fazer a transição para as energias limpas?
A informação existe.
No caso específico de Portugal, já existem muitos estudos, existem roteiros para adaptação às alterações climáticas, roteiros para a transição energética, muitos relatórios e resultados de projetos de investigação.
Os decisores políticos em Portugal têm ao seu dispor uma grande quantidade de informação de qualidade e com rigor científico. O que fazer com essa informação é que é o problema.
Os políticos têm consciência dos problemas e sabem que medidas é que têm de tomar para fazer face às situações.
É preciso é ter coragem para tomar determinadas medidas. E aí é que muitas vezes o poder político falha, porque é necessário lutar contra determinados interesses instalados.
A sociedade tem muita inercia e resistência à mudança. Não são só os poderes económicos, o cidadão comum também. Por exemplo, ainda se ouve falar em pessoas contra os carros elétricos. Depois também há fake news, nomeadamente que produzir uma bateria de um carro elétrico polui muito mais que de um carro a gasóleo ou gasolina. Além disso, há muitos negacionistas.
A sociedade é muito complexa. Os políticos têm que tomar as suas decisões gerindo também os comportamentos sociais e a aceitação que a sociedade tem de determinadas medidas.
Grande parte da população reconhece que as alterações climáticas são um problema, mas quando dizemos às pessoas que têm que deixar o carro a gasolina e comprar um elétrico, as coisas mudam de figura. Ou as pessoas não têm poder económico para comprar o carro elétrico, ou não têm infraestrutura para carregar o carro, ou simplesmente não acreditam que o carro elétrico seja uma solução.
Os políticos também não podem impor as coisas de um dia para a noite quando a sociedade não está preparada para a mudança. É um processo que demora muito tempo. E infelizmente as alterações climáticas estão a ir a um passo mais rápido que a sociedade e os políticos conseguem ir.

> “Temos a obrigação moral de proteger as próximas gerações do agravamento das alterações climáticas

Afirmou que vai haver mais radiação solar disponível em Portugal. Isso tem a ver com o aumento da seca e dos fenómenos extremos? Está relacionado com as alterações climáticas? É previsível que aumentem de frequência e de intensidade nos próximos anos?
A questão da radiação é uma consequência direta do caso específico português, de diminuição da nebulosidade e precipitação. O clima português vai ser mais parecido com o que há hoje no norte de África, em Marrocos e na Argélia. Tenderá a ser um clima mais quente e mais seco. Haverá mais radiação solar disponível.
Quanto aos extremos, sublinhava a seca, que é o problema climático mais grave em Portugal. A falta de água vai ser o grande problema nacional. Temos, aliás, visto como tem sido difícil gerir os recursos hídricos nos últimos anos e a falta de água que já tem havido para abastecer as populações, para as atividades humanas e para a agricultura.
Cada vez há mais conflitos pela água e mais dificuldade em gerir os poucos recursos hídricos que temos. E esse problema vai tender a acentuar-se. A questão da seca e da escassez de água vai ser um problema muito grave.
Também tenho alguma preocupação em relação aos extremos. É expetável que possa haver mais eventos extremos de precipitação ou vento, mas colocava num segundo plano de preocupação, no caso português.

Os desafios atuais da crise climática

Fenómenos climáticos extremos sempre houve, o que muda agora? A presidente da direção nacional da Quercus, Alexandra Azevedo, responde e reflete sobre a economia circular.



ALEXANDRA AZEVEDO
Presidente da direção nacional da Quercus

Os elementos que caracterizam o clima, a temperatura, a pressão atmosférica, as precipitações (chuva, neve e granizo) e os ventos, têm mudado muito ao longo da também longa existência do nosso planeta. Apesar da curtíssima existência da espécie humana, comparativamente à "idade" do planeta, tem-se verificado o quanto a sua atividade e relação na Natureza podem influenciar estes elementos.

Testemunhos que chegaram até aos nossos dias mostram-nos um rasto de desertificação em regiões do planeta onde outrora existiram florestas luxuriantes e prosperaram civilizações avançadas, colapsaram, à medida que escasseavam os recursos naturais para as sustentar, como madeira, água e terra arável. São disso exemplo o atual Egito, o Médio Oriente, a Região Mediterrânica, ou a muito referenciada ilha de Páscoa. O que muda agora? O que muda agora é a escala planetária, devido ao poderio tecnológico que alcançamos.

Porque a Natureza é intrinsecamente abundante, quem cria a escassez são as atividades humanas destrutivas que resultam em desastres ecológicos. Por isso, são também já muitos os exemplos de como é possível inverter o ciclo de autodestruição: em novas práticas agroecológicas emergentes (como agrofloresta e agricultura sintrópica); na reeducação do gosto para os alimentos locais, sazonais, biológicos e de base vegetal; na arquitetura sustentável que integra o desenho, materiais de construção, sistemas de poupança e aproveitamento de água, tratamento de resíduos, autoprodução de energia renovável e espaço verde envolvente biodiverso; vários projetos de recuperação ecológica; em formas de desenvolvimento local/regional que promovem a economia solidária.

Importa ainda refletir sobre a tão falada economia verde ou economia circular, pois, é necessário questionar o atual modelo ainda dominante de sobreconsumo, desde logo pelos vários constrangimentos de ordem técnica. De facto, a manter-se uma oferta no mercado de constantes novos modelos e novas funcionalidades, que nos ínsita e alicia ao consumo (efeito de "brinquedo novo") e pelas dificuldades técnicas e logísticas, como na separação e recuperação de alguns materiais, elevados consumos de energia, transporte; a que acrescem outras estratégias, como a obsolescência programada e dificuldades crescentes à reparação, continuaremos a contribuir para o problema. Recordando Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), matemático e economista: mais e melhores bens de consumo, produzem mais e melhores resíduos. Também é bom saber que mais consumo não é sinónimo de maior felicidade, por isso mais do que uma questão de justiça social e planetária, é do nosso próprio interesse saber avaliar o que são realmente necessidades.

O desafio é, então, a construção de uma consciência ecológica integral, para nos conectarmos à Natureza. Um processo dinâmico no plano individual com reflexo no coletivo. Políticas públicas mais coerentes são uma parte neste processo para se alargar critérios ecológicos na gestão do território, desde um simples canteiro numa escola ou jardim público, a miniflorestas urbanas, à manutenção de infraestruturas, com destaque para vias de comunicação e linhas elétricas) e promover mudança nos processos produtivos e comportamentos. No fundo, ajustar a nossa forma de viver.

O desafio é, então, a construção de uma consciência ecológica integral, para nos conectarmos à natureza

Quem tem medo de comunicar **sustentabilidade?**

Estamos na era do "preso por ter cão e preso por não ter" do marketing em torno das questões climáticas. O receio de acusações de se fazer poucochinho é, por um lado, um bom incentivo para que as empresas façam mais e melhor, mas, por outro, um entrave à transparência, à partilha de informações úteis a todos os stakeholders e à aceleração de uma mudança que se quer urgente.

O silêncio deliberado sobre o que se faz na área da sustentabilidade ambiental por medo de acusações de "greenwashing" tem um nome: "greenhushing". As duas expressões são da mesma família e há até quem acuse a irmã mais nova de ser demasiado parecida com a irmã mais velha, mas sonsa.

A mais velha já tem idade para ter juízo, tendo sido vulgarizada nos anos 90 pela Greenpeace e fazendo, definitivamente, parte do léxico moderno de marketeers, assessores e ativistas ambientais. Refere-se às falsas alegações e ao exagero das verdadeiras por parte de empresas ao comunicarem os compromissos e as conquistas de sustentabilidade.

Em 2022, uma avaliação realizada pela Comissão Europeia descobriu que quase metade das afirmações verdes feitas online por empresas eram exageradas, enganosas ou falsas e as Nações Unida publicaram um relatório entitulado *Integrity Matters* sobre as alegações das empresas, das instituições financeiras, das cidades e das regiões, culminando com um discurso do secretário-geral a pedir "tolerância zero ao greenwashing".

A mais nova anda por aí, pelo menos, desde 2016, surgindo num artigo do professor de Marketing de Sustentabilidade na Universidade do Surrey Xavier Font, publicado no Journal of Sustainable Tourism em março daquele ano, em que se avaliam as práticas de comunicação de sustentabilidade de 31 pequenas empresas de turismo rural no Parque Nacional de Peak District, na Inglaterra. O estudo concluiu que apenas 30% das ações de sustentabilidade eram comunicadas por as empresas temerem que divulgá-las levasse os clientes a acreditar que as experiências que teria nas férias seriam piores.

Atualmente, não é só a possibilidade de o consumidor esperar menos qualidade de um produto ou serviço que é ecológico que retrai as empresas - até porque não faltam dados sobre como as novas gerações preferem o que



JOANA GUERRA TADEU
Ambientalista
Imperfeita, Consultant & Activist 2050

O greenhushing é tão ou mais prejudicial para a ação climática quanto o greenwashing

é comunicado como "sustentável" - mas, também, o risco reputacional e, sobretudo, o risco de litigância; se simples acusações ou suspeitas de greenwashing podem ser prejudiciais para a reputação de uma marca ou empresa, um processo judicial pode destrui-la.

Globalmente, o número cumulativo de casos de litigância relacionados com as alterações climáticas mais do que duplicou desde 2015, elevando o número total de casos para mais de dois mil. Cerca de um quarto começaram entre 2020 e 2022. Apesar de, na maioria dos países, não haver sanções específicas para empresas culpadas de greenwashing, podem ser aplicadas sanções tradicionais por declarações fraudulentas ou falsas reivindicações contratuais.

Em 2021, a H&M foi acusada pela Fundação de Alterações de Mercado na União Europeia por apresentar declarações desonestas sobre uma linha de "vestuário sustentável", a Dasani por alegar que produzia garrafas de água "100% recicláveis" e a Kroger por alegar que o protetor solar que vende é "amigo dos recifes". No ano passado, ativistas da Climate Alliance Switzerland apresentaram uma queixa à Comissão de Integridade da Suíça contra as "possíveis promessas injustas de greenwashing" da FIFA em relação ao Mundial do Qatar. E há pelo menos 73 casos-quadro a desafiar as respostas dos governos à crise climática.

O estudo concluiu que apenas 30% das ações de sustentabilidade eram comunicadas por as empresas temerem que divulgá-las levasse os clientes a acreditar que as experiências que teria nas férias seriam piores

Saiba mais



A resposta das empresas à inflação destes riscos é preocupante: calam-se.

No relatório de 2022 da empresa de consultoria de sustentabilidade South Pole foram entrevistados mais de 1.200 executivos de todo o mundo para entender o que impulsiona os compromissos climáticos que vão assumindo. O estudo revelou uma tendência que os investigadores classificam como "surpreendente": apesar de cada vez mais empresas estarem a implementar metas de redução de emissões baseadas na ciência, 23% dos inquiridos não planeiam divulgá-las "além do mínimo ou conforme necessário."

Não me interpretem mal: reprimir falsas alegações e publicidade a avanços ambientais desprezíveis parece-me fantástico. Mas o silêncio dificulta o escrutínio por parte do público e limita a partilha de conhecimento entre empresas e indústrias, uma das melhores maneiras de acelerar e aprimorar esforços de descarbonização da economia.

Seria ótimo se este silêncio resultasse de uma normalização da criação de metas de sustentabilidade baseadas na ciência, tornando-as mundanas em vez de excepcionais, mas não me parece que assim seja. Aliás, com greenhushing as empresas podem esconder falta de ambição no que toca a ação climática, dando a entender que são mais ecológicas do que realmente são. Também pode dar a impressão de que "quem cala consente", ou seja, de que quem não fala de ambiente, não está a fazer nada por ele, o que também representa um risco reputacional aos dias de hoje.

O greenhushing é tão ou mais prejudicial para a ação climática quanto o greenwashing. Precisamos de empresas que comuniquem, transparente e eficazmente, dados relevantes, que possam inspirar outras a fazer mais e melhor. São precisas estratégias de comunicação assentes num delicado equilíbrio entre o orgulho no que se vai alcançando e a humildade sobre o que não está a conseguir-se melhorar.

É tempo de aceitarmos a verdade inconveniente: todos os esforços de sustentabilidade feitos dentro de um sistema extrativista serão passíveis de ser acusados de greenwashing. Isso não é razão para as empresas se remeterem ao silêncio. É razão para gritarem mais alto e não deixarem que os desafios lhe minem a ambição.

Ser sustentável é respeitar os limites do planeta

Através de pequenas mudanças é possível combater as alterações climáticas. A convicção é da fundadora da plataforma Plant a Choice, Rita Tapadinhas, que aqui conhecemos melhor.



Rita Tapadinhas

Ser sustentável é...
Dar o nosso melhor para respeitar os limites do planeta, todos os dias.

Top 3 das suas práticas mais sustentáveis
Alimentação maioritariamente de base vegetal, com o mínimo de desperdício e com compostagem daquilo que não consigo mesmo aproveitar. Consumo reduzido, dando prioridade à segunda mão. Utilização de energia de fontes renováveis, sempre que possível, e da forma mais consciente que consigo, mas com várias falhas ainda.

Comportamento menos sustentável que tem...
Dou aulas de Gestão na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, que é em Carcavelos, o que me obriga a uma deslocação, algumas vezes por semana, que demoraria pelo menos duas horas de transportes públicos em cada sentido. Não sendo viável, para mim, neste momento, ocupar quatro horas por dia em transportes, tenho-me deslocado de carro.

Para uma vida mais sustentável é preciso...
Vontade. Porque, na verdade, a base de tudo está em usarmos o que já temos de forma consciente e aprender a mudar alguns hábitos. Não é difícil.

Plant a Choice. Qual?
Aprender mais todos os dias para melhorar continuamente e trazer sempre informação relevante para o meu trabalho.

A Rita quis partilhar o que sabia sobre as questões ambientais e assim nasceu o Plant a Choice

Isto ou Aquilo

A pé ou de transportes públicos?
Se a distância o permitir, a pé.

Reciclar ou reutilizar?
Reutilizar ao máximo e só reciclar quando não há reutilização possível.

Grandes ou pequenas mudanças?
As grandes mudanças têm mais impacto, mas são, muitas vezes, mais difíceis de implementar, por isso, escolheria as pequenas mudanças, porque todas juntas levam a grandes transformações.

Nunca mais fazer receitas para evitar o desperdício ou nunca mais alimentar o Plant a Choice?
Acho que continuava a alimentar o Plant a Choice e pedia a alguém que fizesse as receitas anti-desperdício por mim. Acredito que com o Plant a Choice posso gerar um impacto mais alargado.

Portugal na dianteira da Missão Clima

Num testemunho para o 2050.Briefing. a vogal executiva da Agência Nacional de Inovação (ANI) Sílvia Garcia dá conta do desempenho nacional no que toca aos programas de financiamento relacionados com as alterações climáticas.



Assista ao depoimento na íntegra

Portugal lidera a adesão à Missão de Adaptação às Alterações Climáticas da União Europeia, uma iniciativa que visa apoiar regiões e comunidades na aceleração da sua transformação para a resiliência climática até 2030. São 303 os signatários da Missão Clima, 48 dos quais portugueses. O segundo país mais representado, a Espanha, corresponde a apenas 24 dos participantes.

É a vogal executiva da ANI – Agência Nacional de Inovação Sílvia Garcia que chama a atenção para o facto de Portugal estar na dianteira desta missão, não só no que toca aos municípios e comunidades intermunicipais aderentes, como aos chamados "amigos do pacto", entidades – na sua maioria, empresas – que assumem o compromisso de partilhar as melhores técnicas e práticas, de modo a contribuir para a trajetória das regiões. Em cima da mesa estão igualmente potenciais patrocínios financeiros no cumprimento dessa missão.

A agência assume, aqui, o papel de influenciadora, fazendo a ponte entre estes programas europeus e o sistema nacional de inovação, entendido como comunidade científica, mas também como empresas e demais agentes económicos, startups, municípios e regiões. "A ANI funciona como o ponto de contacto nacional, não só a nível de financiamento para a Investigação e Desenvolvimento, mas também promovendo ações de divulgação para que o sistema nacional de inovação entre nestes programas", explicita.

Sílvia Garcia evidencia que os programas europeus incidem, maioritariamente, na inovação tecnológica: "Trabalham sobre as melhores tecnologias disponíveis e na criação de novas tecnologias que constituam substituir ou ir mais além das atuais, nos vários setores económicos", enquadra. Ressalva, porém, que estes programas também se debruçam sobre a vertente socioeconómica, nomeadamente ao nível da alteração do comportamento e da gestão urbana, introduzindo novas formas de os centros urbanos e as regiões funcionarem, de modo a criarem resiliência climática. E porquê a resiliência? "Chegou-se à conclusão de que não basta mitigar o aumento da temperatura para 1,5 ou 2º, mas temos de nos adaptar às alterações climáticas e às suas consequências", nota.

Neste contexto, dá conta dos resultados mais recentes das candidaturas nacionais: no último programa quadro, o Horizon 2020, no que toca às alterações climáticas, Portugal conseguiu entrar em oito projetos financiados, num total de 27 empresas portuguesas, logrando captar um financiamento na ordem dos 11 milhões de euros.

É à estratégia europeia que os programas nacionais vão beber. A terminar está o PT2020, em que 274 projetos identificaram como desafio societal prioritário a ação climática, o que corresponde a 15% do total e a 13% do investimento e do incentivo globais. Mas, considerando os casos em que a ação climática foi inscrita entre os três primeiros desafios societais, o número de projetos sobe para 673, equivalendo a 34% do total e 34% do investimento. "No PT2030, vamos continuar com esta linha. Existe uma linha de ação muito clara para as alterações climáticas e para a transição verde nessa matéria, muito focada no objetivo europeu do green deal", sustenta a administradora da ANI.



Um evento corporate com "touch"

No NewsMuseum, os eventos da sua organização são modernos e originais devido às nossas plataformas avançadas de entretenimento inteligente e interativo – onde (quase) tudo é *touch*. Uma experiência em VR, outra num ecrã tátil de 67 m2. Uma projeção em 360º, a gravação de "vivos" em TV e Rádio. Lançamentos de produtos e serviços, encontros de *team building*, reuniões ativas podem ser transformados numa moderna aventura mediática produzida pela nossa equipa.

Visite na Vila de Sintra o mais moderno e interativo centro europeu dedicado ao Jornalismo, aos Media e à Comunicação. E desafie-nos com a sua ideia para um evento corporate com um *touch* especial.

www.newsmuseum.pt

NEWS MUSEUM
@LISBOA_SINTRA

info@newsmuseum.pt
T. +351 201 126 600